

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

CNPJ: 73.977.480/0001-19

Ao Nobre Julgador de Recursos Licitatórios do Município de Navegantes – SC.

Pregão eletrônico nº 41/2021 – PMN

Comercial Storinny Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.977.480/0001-19, sediada no endereço situado à Rua Otávio Quinholi, nº 180, vêm, por seu representante legal o sr. Valter Plácido dos Santos Júnior, inscrito no CPF sob o nº 612.664.269-49, na qualidade de sócio e administrador, oferecer o competente **Recurso Administrativo** para **Impugnar** a decisão do pregoeiro equipe avaliadora das amostras ao desclassificar as amostras apresentadas pela empresa vencedora do certame, assim o faz pelos fundamentos de fato e direito a seguir expostos.

I – Da tempestividade

Considerando que o laudo de amostras fora publicado no dia 08/07/2021.

Considerando que há o prazo de 3 (três) dias para apresentação de recurso contra as decisões tomadas pelo pregoeiro.

Considerando que a legislação estabelece que os prazos serão contados em dias e excluirão o dia de início e incluirão o dia de término, na forma do artigo 110 da Lei 8.666/93 e do item 6.1.18 do Edital.

Considerando que o presente Recurso fora apresentadas no dia 13 de julho de 2021, exatos três dias após a publicação do laudo de amostras.

Conclui-se, portanto, que são tempestivas as presentes Razões Recursais.

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

CNPJ: 73.977.480/0001-19

II – Dos fatos

Ocorreu no dia 02 de julho de 2021 às 13h30min no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC o pregão eletrônico nº 041/2021 – PMN, o certame seguiu corretamente seu rito até o fim, ato seguinte, logrou-se vencedora do Kit de Alimentos a empresa Comercial Storinny Ltda EPP.

As amostras foram devidamente entregues dentro do prazo para apresentação, conforme documento anexo, no dia 07 de julho de 2021, cinco dias após a realização do certame.

Ocorreu que apesar de entregues, e TODAS as amostras atenderem às especificações do edital, a decisão foi pela desclassificação da empresa Comercial Storinny em razão de:

O “Feijão Preto Reserva de 1kg” ter menos do que 8 meses de validade, **que deveria ser contado a partir da entrega efetiva dos produtos conforme solicitação e não da entrega da amostras.**

Ainda, deu-se a desclassificação pelo fato de que “Os produtos que compõem o kit da amostra não foram recebidos acondicionados na embalagem conforme edital”, apesar de o edital em momento algum exigir que as **amostras** fossem entregues em qualquer tipo de embalagem.

Ciente da decisão, bem como, certo de que persiste o direito da empresa de ter homologado em seu favor o item do qual logrou-se vencedora, não vê-se outra alternativa senão impugnar a decisão de desclassificação das amostras com a apresentação do presente Recurso Administrativo.

III – Dos fundamentos de direito

Descrito os fatos ocorridos, passa-se à análise das razões de direito que fundamentam a presente peça recursal.

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

CNPJ: 73.977.480/0001-19

III.I – Da embalagem das amostras

Ressaltou-se a observação trazida pela equipe avaliadora das amostras ao elencar que um dos motivos pela desclassificação fora, justamente, a entrega das amostras em embalagem diferente daquela “exigida” pelo edital.

Ocorre que em momento algum o edital exige que as amostras sejam entregues em qualquer tipo de embalagem, pelo contrário, o único adendo encontrado quanto a apresentação das amostras é quanto aos próprio produtos, vejamos:

5.8.1.1 A Empresa Licitante vencedora deverá apresentar o kit de alimentação conforme especificação das embalagens de compra dos itens: 01 KG ou 01und ou 01pct. (grifou-se)

Perceba, nobre julgador, conforme fotos apresentadas em anexo, que os produtos foram entregues devidamente embalados, dentro do exigido no edital, cada qual no seu respectivo formado de quilo, unidade ou pacote, ainda, que a exigência de apresentação dos referidos produtos em embalagem apenas para verificação das amostras faz-se desnecessária e caracteriza formalismo excessivo.

Não obstante, o edital ainda exige que as amostras sejam entregues para fins de análise e conferência com o edital, desta forma, não é motivo para desclassificação da empresa o simples de que os produtos não foram apresentados em uma embalagem plástica transparente.

5.8.6 A solicitação das Amostras visa assegurar a qualidade do produto e a pronta verificação de adequação do item cotado com as especificações exigidas no edital, permanecendo em poder do município para conferência com os pedidos realizados; (grifou-se).

Ainda, é de se atentar que ao exigir amostras, o Edital deve deixar cristalino quais serão os critérios objetivos para análise, nesse sentido é o entendimento do TCU, no julgamento do Acórdão 529/2018-Plenário de Relatoria do ministro Bruno Dantas:

Em caso de exigência de amostra, o edital de licitação deve estabelecer critérios objetivos, detalhadamente especificados,
Página 3 de 6

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

CNPJ: 73.977.480/0001-19

para apresentação e avaliação do produto que a Administração deseja adquirir. Além disso, as decisões relativas às amostras apresentadas devem ser devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes

Ora, a Administração Pública recebeu os produtos para fins de amostras e viu-se que todos eles atendiam às especificações do Edital, assim, não há que se falar em desclassificação da empresa, pelo motivo de faltar acondicionamento das amostras em formato de KIT “embalado”, também, que esta não é a função da etapa de amostras.

III.II – Do prazo de validade do feijão preto

Como segundo ponto que ocasionou a desclassificação da empresa foi o prazo de validade do feijão preto apresentado.

Segundo o Edital, o prazo de validade do feijão deve ser de 8 (oito) meses a partir da data de **ENTREGA** do produto, essa entrega refere-se à entrega final realizada nos termos do edital e nos locais indicados pela secretaria municipal de educação, ou seja, não deve ser considerado tal prazo para a amostra, claro, desde que o produto esteja dentro de um prazo de validade razoável para análise da amostra.

Não obstante, feijão preto que fora entregue para análise da amostra é do lote 234 e tem validade para o dia 01 de março de 2022, assim, considerando que a amostra foi apresentada no dia 07 de julho de 2021, têm-se que o feijão possui validade de 7 (SETE) meses e 28 (VINTE E OITO) dias.

Ora, é de se esperar que a Administração Pública atue de forma razoável e sem utilizar-se formalismos excessivos, assim, para um produto que possui apenas DOIS dias a menos do que a validade exigida pelo edital não deveria ser motivo para desclassificação da empresa licitante.

Têm-se ainda que o feijão em sua forma “crua” é um alimento estável, pois conserva sua qualidade por tempo indeterminado, portanto, não ocasiona nenhum tipo de problema desde que seja consumido dentro do prazo de validade, também, que o feijão é um alimento diário na mesa de todo brasileiro,

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

CNPJ: 73.977.480/0001-19

assim, sete meses e vinte e oito dias são deveras suficientes para que uma família consiga consumir o produto sem que esta venha a atingir o vencimento.

Nesse sentido, em razão da estabilidade do feijão “cru”, os órgãos de controle de alimentos permitem às empresa que estas proponham o prazo de validade conforme as técnicas empregadas na produção e embalagem do feijão.

Assim é a resolução “CISA/MA/MS nº 10, de 31 de julho de 1984”:

7. O prazo de validade será indicado pelas empresas produtoras em função as garantias de conservação dos alimentos oferecidas pelas técnicas de industrialização por elas aplicadas e do risco de se encontrarem em desacordo com o disposto no item 3 desta Resolução, antes de serem adquiridos para consumo.

Reitera-se, ainda, que o prazo de validade do feijão será de 8 meses a partir da entrega, e não a partir da análise de amostras, portanto, não merece prosperar a desclassificação da empresa pelo argumento de que o feijão fora apresentado com validade inferior ao exigido no edital, pois tal conferência deve ser efetuada APENAS no ato de entrega final do produto, devidamente inseridos no KIT de alimentação.

Por fim, que o feijão apresentado é de ótima qualidade e é aceito por inúmeros outros órgãos públicos em que a empresa Comercial Storinny realiza entregas, nunca houve quaisquer tipos de reclamações acerca de produto vencido, prazo de validade, qualidade dos grãos etc.

III.III – Da economicidade à Administração Pública

A diferença entre a proposta vencedora da

IV – Dos pedidos

Ante o exposto, requer-se a este nobre julgador o que segue:

- 1) Que seja recebida e processada o presente e tempestivo **Recurso Administrativo** para **Impugnar** a decisão do pregoeiro equipe avaliadora das amostras ao desclassificar as amostras apresentadas pela empresa vencedora do certame;

COMERCIAL STORINNY LTDA EPP

CNPJ: 73.977.480/0001-19

- 2) Que sejam acolhidas e julgadas procedentes as razões recursais apresentadas, bem como que, ao fim, a empresa Comercial Storinny Ltda EPP seja declarada definitivamente vencedora e tenha para si homologado o item 1 que é o Kit de alimentação escolar, conforme edital;
- 3) Que seja suspensa a contratação das empresa provisoriamente classificadas seguintes à Comercial Storinny até que seja decidido o presente Recurso Administrativo;

Nestes termos, pede deferimento.

Porto Belo – SC, 13 de julho de 2021.

VALTER PLACIDO
DOS SANTOS
JUNIOR:6126642
6949

Assinado de forma digital por
VALTER PLACIDO DOS SANTOS
JUNIOR:61266426949
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,
ou=Secretaria da Receita Federal
do Brasil - RFB, ou=ARINFOCOMEX,
ou=RFB e-CPF A3, cn=VALTER
PLACIDO DOS SANTOS
JUNIOR:61266426949
Dados: 2021.07.13 18:01:05 -03'00'

Comercial Storinny Ltda EPP
CNPJ: 73.977.480/0001-19
Representada por
Valter Plácido dos Santos Júnior
CPF: 612.664.269-49